



CARTA DE GARANTIAS

**ASSOCIADA ÀS LINHAS
DE ORIENTAÇÃO GERAL PARA
A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA
ELEITORAL**

LEGISLATIVAS 2015

03.JUNHO.2015

PORTUGAL NO CAMINHO CERTO

CARTA DE GARANTIAS

1. Garantimos que Portugal não voltará a depender de intervenções externas e não terá défices excessivos.

Connosco, os Portugueses sabem que as contas públicas serão geridas com prudência e rigor, o que significa que Portugal não voltará a cair numa situação humilhante de intervenção externa, dependência de troikas de qualquer natureza ou imposição de políticas pelos credores. A recuperação da soberania financeira e institucional de Portugal é para manter e preservar. Em 40 anos de democracia, Portugal viveu sob assistência externa três vezes, sempre em consequência de políticas socialistas erradas. Somos a garantia de que isso não acontecerá mais.

Garantimos que Portugal cumprirá as regras europeias e ficará livre do Procedimento por Défices Excessivos. Pela primeira vez desde a adesão à moeda única, teremos défice abaixo de 3% e caminhamos para o equilíbrio orçamental. Cumpriremos o Programa de Estabilidade e beneficiaremos da flexibilidade que é dada aos países bem geridos. Não pesarão sobre Portugal sanções nem ameaças. É assim possível a redução da dívida pública para 107% no final da próxima legislatura. Boas contas fazem boas economias. Queremos Portugal com prestígio e boa reputação no concerto internacional das Nações.

2. Garantimos, no que de nós depender, uma legislatura de crescimento económico robusto e gerador de emprego. A nossa ambição é criar condições para um crescimento económico médio de 2% a 3% nos próximos 4 anos.

O crescimento económico não se decreta nem depende essencialmente do Estado. O crescimento económico é principalmente obra das empresas que, para isso, precisam de confiança e de um ambiente favorável ao investimento. Nós somos a garantia dessa confiança. Porque oferecemos uma maioria estável; outros não. Porque reforçaremos as políticas favoráveis

ao investimento; outros querem interrompê-las. Porque iniciámos a recuperação económica com bases sãs; outros querem voltar atrás e podem comprometê-la.

O Programa de Estabilidade já aponta para um crescimento superior a 2% nos próximos anos. Se não existirem crises internacionais com impactos sistémicos ou globais, e se Portugal continuar no caminho certo, esse objectivo é atingível e até superável. Trabalharemos para isso.

Nas próximas eleições também há uma escolha de políticas económicas. O nosso modelo assenta o crescimento no investimento privado e na inovação, nas exportações e nos bens transacionáveis e na recuperação gradual do poder de compra. A parcela de investimento público será seletiva e focada em pequenas e médias obras necessárias, não em projectos faraónicos ou sumptuosos. É um modelo bem mais eficiente do que o regresso à tese da despesa pública e do investimento público como alfa e ómega do crescimento económico.

Temos uma visão de futuro sobre a repartição dos frutos do crescimento. A ambição de crescer entre 2% e 3% em média na próxima legislatura deverá permitir criação líquida e sustentada de emprego, concretizar a moderação fiscal e cumprir o serviço da dívida.

3. Garantimos, dentro do que está ao alcance de um Governo, uma legislatura em que a redução continuada do desemprego seja a prioridade máxima. A nossa ambição é que o desemprego em Portugal, baixe, pelo menos, para a média europeia.

Os Portugueses estão cansados de políticos que prometem empregos que não podem criar. Os Portugueses sabem que o maior contributo para a criação de empregos vem das empresas. Ninguém nos verá, por isso, prometer ilusões. A criação de emprego será tanto maior quanto a estabilidade e as reformas gerarem confiança e por isso a economia funcionar melhor; se Portugal voltar à instabilidade política e às crises orçamentais, a confiança diminui e o desemprego ressentir-se.

Os desempregados não são números. São pessoas, são famílias, são projectos de vida desfeitos, são ambições adiadas e talentos desperdiçados. Os Portugueses sabem que em consequência da bancarrota e da recessão que se seguiu, o desemprego disparou. Chegou a 17,5%. Também sabem que a recuperação se iniciou: o desemprego está hoje em 13,0%. A tendência é positiva.

Estamos conscientes que, para os que estão desempregados, a mudança de ciclo ainda não chegou. Acreditamos que o direito ao trabalho é elemento essencial da dignidade humana e desejamos construir uma sociedade com mobilidade social. Garantimos, no programa que apresentaremos, todas as políticas que permitem reforçar a criação de emprego.

Consideramos essencial continuar a reduzir o IRC, de modo a aumentar o investimento gerador de emprego; damos estabilidade à reforma laboral, que está a dar resultados, e

avisamos para o erro de retrocessos com justificação meramente ideológica. Trabalharemos para melhorar e simplificar as políticas activas de emprego, em acção coordenada com os parceiros sociais. Direcionamos os fundos comunitários para a economia real e reforçaremos as políticas de redução de custos de contexto e competitividade, para incentivar novos investimentos e mais criação de postos de trabalho.

Não aderimos a experimentalismos que possam provocar graves rupturas nas contribuições. No plano europeu, seremos voz activa em favor de iniciativas e planos que permitam estimular oportunidades de emprego sustentáveis. Se Portugal continuar no caminho certo, é exequível o objectivo de que o desemprego em Portugal, ao longo da próxima legislatura, possa reduzir-se progressivamente, atingindo pelo menos a média europeia. Há regiões, no nosso País, que já estão perto desse objectivo. São as mais empreendedoras. É esse o caminho.

4. Garantimos a eliminação progressiva da sobretaxa de IRS e a recuperação gradual do rendimento dos funcionários públicos. A nossa proposta é viável; outras, não o são.

O facto de garantirmos um controlo da despesa pública e um défice abaixo de 3% permite-nos encarar a próxima legislatura como um tempo em que medidas tomadas por razões excepcionais serão removidas. Referimo-nos, directamente, à sobretaxa de IRS e aos cortes nos salários dos funcionários públicos.

O método que propomos para atingir estes objectivos é o gradualismo. Assim, a eliminação da sobretaxa de 3.5% no IRS acontecerá ano após ano, cumprindo o previsto no Programa de Estabilidade. Se as condições económicas o permitirem, a nossa prioridade é a moderação da carga fiscal e, portanto, aceleraremos essa redução a fim de a completar antes de 2019. No que diz respeito aos salários da Administração Pública, a contenção da despesa permite-nos, igualmente, planear uma recuperação progressiva: em principio 20% por ano. Se houver condições económicas favoráveis, a melhoria poderá ser mais célere.

Estas garantias são importantes para fortalecer a classe média. Podemos dá-las por duas razões. Uma é de **viabilidade**: no quadro das regras europeias, só um défice controlado permite aliviar a carga fiscal e melhorar os salários públicos. A outra é de **credibilidade**: está já previsto, para o IRS relativo a 2015, um crédito fiscal de devolução aplicado à sobretaxa; e no que toca aos funcionários públicos, fizemos já a primeira remoção de 20% no corte sofrido, tendo incluído no Programa de Estabilidade o segundo passo de igual valor. A garantia que damos é, por isso, realista e sustentada.

Consideramos ser nosso dever alertar os cidadãos para o risco que significam programas eleitorais que tudo prometem repôr de um dia para o outro. Se não for usado o gradualismo e tida em conta a possibilidade orçamental, a consequência será uma ilusão com meros efeitos eleitorais, que rapidamente se transformará em nova desilusão com a política, na medida em

que gastar mais e arrecadar menos fará o nosso país regressar ao ponto de partida da crise de 2011, e incumprir novamente os compromissos europeus.

5. Garantimos que as reformas na Segurança Social serão feitas por consenso e respeitarão a jurisprudência do Tribunal Constitucional. Lançaremos um novo programa ambicioso de redução da pobreza.

Garantir a sustentabilidade dos regimes da Segurança Social e garantir a previbilidade e segurança do pagamento de pensões actuais e futuras são deveres que obrigam forças políticas responsáveis e personalistas. É o nosso caso.

O facto de elegermos como prioridades da próxima legislatura tanto a aceleração do crescimento como o reforço de políticas amigas da natalidade, significa que temos a consciência exacta de quais são os factores estruturais que poderão ajudar e nosso país a melhorar as condições de sustentabilidade dos vários regimes de segurança social, cujos problemas são, aliás, diferentes.

Ao tratar a questão da segurança social os nossos dois Partidos mantiveram sempre um princípio de protecção dos mais frágeis socialmente – de que é exemplo a política de aumento das pensões mínimas, sociais e rurais que outros congelaram – e uma vontade de terminar o ciclo de excepcionalidade que afectou uma parte dos aposentados com a chamada CES – contribuição que outros criaram. Daí que a última proposta que o Governo fez apontasse para uma recuperação de 45 a 75% do corte sofrido com a CES.

Nunca escondemos que há problemas de financiamento que só são resolúveis num quadro de compromisso político alargado, negociações com os parceiros sociais e respeito pela jurisprudência do Tribunal Constitucional. Reafirmamos a nossa disposição para procurar esse acordo e não o condicionamos com qualquer modelo prévio.

Garantimos, ainda, na área social, um renovado, justo e necessário investimento. Assim como desenvolvemos, na legislatura que vai terminar um Programa de Emergência Social, o nosso programa deve conter um Programa de Desenvolvimento Social, completamente focado na redução da pobreza, abarcando várias áreas de intervenção e reforçando, ainda mais, a política de contratualização, no terreno, com as IPSS e as Misericórdias. Estas opções significam que não nos resignamos perante os indicadores de pobreza e desigualdade no nosso País.

6. Garantimos um Estado Social viável e com qualidade. Disso é exemplo um Serviço Nacional de Saúde universal e geral que proporcione um médico de família a todos os portugueses.

O programa da coligação será muito claro na defesa do Estado Social e das suas funções.

Um dos exemplos claros dessa garantia é o trabalho que fizemos para evitar uma ruptura nos serviços de Saúde logo no início do mandato, devida a um legado de má gestão que não é repetível.

Garantimos que o SNS é viável, mas garantimos também que é universal. Exemplo disso é a nossa ambição de que, antes do final da próxima legislatura, se concretize o objectivo de que cada português tenha um médico de família. Até ao final de 2015, com a admissão prevista de novos profissionais, far-se-á um reforço suplementar, e o número de portugueses com médico de família será já inferior a um milhão.

Um outro exemplo do que importa garantir no âmbito da ação do Ministério da Saúde é o desenvolvimento de um Plano de Ação – Ser idoso em 2020 - criando novas respostas para as exigências que se colocam ao envelhecimento ativo, combatendo o isolamento e promovendo a proximidade dos cuidados. Criando uma maior integração do ciclo de cuidados e dos processos comuns entre a Saúde e a Segurança Social.

Importa ainda realçar que durante estes anos de constrangimento financeiro foi possível garantir a abertura de 7 novas unidades hospitalares, mais de 130 unidades de saúde familiar e 30 novos centros de saúde. Assim garantimos a continuação de uma aposta de investimento na qualificação da rede de equipamentos de saúde favorecendo um acesso da população a uma rede mais qualificada e ao serviço do bem-estar do cidadão.

7. Garantimos que pugnaremos pela inscrição na Constituição um limite à dívida pública. Assim se defende o presente e o futuro de Portugal.

Nenhum Estado atravessa as circunstâncias dolorosas que Portugal viveu com a proximidade da bancarrota em 2011, sem retirar daí lições consequentes. A nosso ver, os Portugueses devem defender-se de experiências de irresponsabilidade financeira, que conduzem a consequências políticas, económicas e sociais extremamente graves. O mesmo fizeram outros Estados nas suas leis fundamentais.

Afirmamos a nossa disponibilidade para que a Constituição da República Portuguesa contenha e consagre um limite à expansão da dívida pública.

A questão da dívida pública é, por natureza, intergeracional e, portanto, estruturante. Dívidas exageradas pagam-se caro em austeridades coercivas e impostos elevados. As políticas que conduzem a dívidas excessivas não são, aliás, autorizadas pelas gerações seguintes que também serão chamadas a financiá-las, o que representa uma injustiça flagrante. Um limite constitucional faz, por isso, todo o sentido. Propomos um modelo em que o Estado tributa menos, porque se endivida menos e mantém as contas controladas. Não é uma questão ideológica, é uma questão de bom senso.

Qualquer abordagem constitucional desta matéria não deve ser forçada nem sectária. Afirmamos a nossa disponibilidade e abertura, renovando, nestes pontos, o contrato de confiança

que o Estado deve estabelecer com os cidadãos. Os de hoje e os de amanhã. Aguardaremos pelo tempo próprio, e esperamos capacidade de diálogo de todas as forças políticas que assumem compromissos europeus e nacionais que enquadram políticas responsáveis.

8. Garantimos que a próxima legislatura dará particular importância às questões da demografia, da qualificação das pessoas e da coesão do território.

Governar é escolher. Os temas estruturais ganham maior oportunidade e essencialidade quando as condições do país, felizmente, já não são as da emergência ou da excepcionalidade.

Escolhemos centrar mais a nossa acção governativa em três áreas fundamentais.

A primeira é a questão demográfica: queremos reforçar as políticas que removam obstáculos à constituição de famílias e à educação dos filhos. São, naturalmente, políticas cujo impacto se mede a longo prazo, mas o nosso declínio demográfico é demasiado negativo para se poder esperar. Por isso, o Governo tomou decisões emblemáticas de que são exemplos o quociente familiar no IRS, a simplificação do regime da adopção, a majoração do subsídio de desemprego para os casais desempregados com filhos a cargo, o alargamento da capacidade das creches e jardins de infância ou a preparação do país para a nova escolaridade obrigatória completa. Estas políticas merecem estabilidade em nome do bem comum. Continuaremos o esforço: o programa da coligação deverá conter objectivos em vários Ministérios e políticas públicas para reforçar medidas amigas das famílias, nomeadamente nas áreas da conciliação entre trabalho e família, preços familiares ou habitação.

O enfoque na demografia não é apenas natalista. Deve compreender medidas inovadoras no domínio do envelhecimento activo, olhando para uma esperança de vida maior e para o sentido útil e o orgulho que uma sociedade deve ter na geração que já se aposentou ou reformou. É significativo, para dar apenas dois exemplos, rever as condições em que os mais velhos podem dar a sua experiência às empresas, à comunidade e ao Estado, bem como efectivar políticas que conciliem reforma parcial e trabalho parcial.

No centro das nossas atenções estará também a qualificação dos recursos humanos. Ninguém esperará de nós o abrandamento da exigência no sistema educativo ou menor rigor no recrutamento e avaliação, ao longo da vida, dos docentes. Os Portugueses contam connosco para intensificar o esforço que permite a redução sustentada do abandono escolar ou para ir mais longe nos contratos de autonomia que favoreçam a diferenciação dos projectos escolares na rede pública. Em paralelo, o nosso programa acentuará as condições para o surgimento de escolas independentes, geridas por professores no sector público, e para dar efectividade ao Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo. Apostamos na qualidade, defendemos a exigência, estamos abertos à diferenciação de projectos públicos e mantemos a contratualização com o particular e cooperativo.

Em terceiro lugar, consideramos muito importante fomentar as condições para uma maior coesão territorial. O nosso programa deve conter, portanto, novas linhas de acção que permitam melhorar a discriminação positiva de várias políticas públicas a favor dos territórios de baixa densidade, fortalecer o investimento produtivo no interior, maximizar as sinergias de partilha de serviços entre órgãos autárquicos, conceber novas políticas de descentralização e melhorar as condições técnicas para um eficiente planeamento regional.

9. Garantimos um Estado mais justo e eficiente, queremos uma sociedade com maior autonomia e liberdade de escolha.

Muitas reformas para modernizar o Estado e conferir-lhe sobriedade foram feitas. O trabalho não está acabado. Muitas reformas foram decididas, legisladas e internacionalmente reconhecidas para termos uma justiça mais célere, com melhor serviço às empresas e maior confiabilidade para o cidadão. É um trabalho que tem de ser avaliado, monitorizado e aperfeiçoado quando se justifique.

Levar a cabo novas tarefas de reforma do Estado e continuar a missão de uma justiça com independência e celeridade está, naturalmente, nos nossos horizontes

É especialmente relevante efectivar a obrigação de resposta em tempo útil pelos serviços públicos; a impossibilidade de a Administração exigir ao cidadão informação que outros serviços já têm; a simplificação dos procedimentos, departamento por departamento; a fiscalização redobrada do cumprimento das leis e das boas práticas por parte dos grandes organismos públicos; ou a digitalização progressiva do serviço da Administração.

Se nos comprometemos com um Estado menos burocrático, é também porque acreditamos que as sociedades evoluídas e prósperas são aquelas em que o serviço público tem qualidade e as famílias e as empresas têm maior liberdade de escolha. Como referimos atrás, a nossa opção é defender e revigorar o Estado Social e as suas condições de viabilidade em sectores tão importantes como a saúde, a segurança social, a educação ou a luta contra a pobreza. A nossa orientação é mesmo, no perímetro dos serviços públicos, diversificar projectos e aumentar a escolha. Isso não é incompatível, como a experiência de décadas claramente demonstra, com políticas de contratualização com os sectores da economia social ou com a iniciativa privada que obedecem a um quadro legal definido e a uma regulação forte.

Lisboa, 03 de Junho de 2015



LEGISLATIVAS 2015

03.JUNHO.2015